

EDITORIAL

A Revista Interfaces Científicas Humanas e Sociais apresenta sua nova edição, a primeira do ano de 2019, buscando, como tem feito, colocar em pauta temas e debates relevantes tanto para a comunidade acadêmica como para a sociedade, no sentido de demonstrar as contribuições das pesquisas de pós graduação para o crescimento e desenvolvimento do país em que vivemos.

Esta é, aliás, a imprescindível contribuição das investigações nas áreas sociais e de humanidades, na medida em que o olhar questionador e crítico, metodologicamente instruído, procura mexer as águas paradas, revolvendo sedimentos ou olhar com certo distanciamento para pensamentos e práticas que se vão instalando no senso comum. Melhor ainda quando, caso desta Revista, a proposta é explicitamente interdisciplinar, o que permite apresentar, em um mesmo número, diversas janelas de observação para as formas de convívio humano e interações sociais.

Neste sentido, o primeiro artigo intitulado **Cuidado à saúde dos homens em uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas** apresenta estudo feito junto à profissionais de saúde da cidade de Reriutaba, no Ceará, procurando diagnosticar os desafios e práticas adotadas naquela localidade e sua adequação com as políticas públicas desenhadas para a saúde dos homens, de modo a melhorar o acesso à saúde e a reintegração plena dos que convivem com esta doença.

A seguir, encontramos o texto sobre **A crise ambiental no âmbito internacional: reflexões a partir de uma formação social capitalista**, que se volta para a saúde do planeta, propondo-se a uma reflexão sobre os impactos e consequências internacionais das crises ambientais, bem como seus mecanismos, na lógica capitalista, para o que se serve do referencial teórico materialismo histórico-dialético.

A terceira produção é **Um estudo de revisão bibliográfica da literatura nacional entre 2007 e 2016 sobre adolescentes em conflito com a lei**, e parte da constatação da importância do tema, ao qual se deu particular relevo, no sentido de proteção e cuidado como obrigação social, especialmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Sendo assim, o que se observou e produziu sobre o tema, de modo a instruir e melhor orientar as próprias ações do Estado? Percorrendo literatura acadêmica, as autoras desejam demonstrar os limites destas produções e apontar algumas possibilidades e necessidades de pesquisa.

O quarto trabalho, denominado **Entre ruas, praças e calçadas: a face feminina da população em situação de rua em Maracanaú/CE** versa sobre a condição de vida das mulheres vivendo nas ruas, levantando as peculiaridades de sua situação como mulheres, como medo, frio, violência e exploração sexual e doenças, de vários tipos. Os preconceitos próprios derivados do conservadorismo brasileiro aprofundam a clivagem social e a invisibilidade, pelo que este trabalho fornece dados importantes para a elaboração de políticas públicas adequadas.

Adiante, encontramos a pesquisa sobre **A inserção da educação empreendedora nos cursos de Administração em instituição de ensino superior da região metropolitana de Belém- PA**, que se volta para a relação entre a formação obtida nas faculdades de Administração em paralelo às necessidades de formação voltada à prática empreendedora. Os autores partiram de levantamento documental das IES e seus cursos de administração, verificando-se as propostas e formas de realização implementadas.

A sexta pesquisa com a qual nos deparamos denomina-se **A prevalência de ansiedade em estudantes de medicina de Alagoas**, que se questiona sobre a incidência de sintomas ansiogênicos entre estudantes de medicina, face aos dados preexistentes que demonstravam alta incidência entre estudantes do ensino superior, e particularmente entre estudantes de medicina. A pesquisa então analisou o específico caso de uma IES particular de Alagoas, aplicando ali um questionário socialdemográfico bem como o Inventário de Ansiedade de Beck, validado cientificamente.

Ato contínuo, nosso olhar se volta ao tema **A inconstitucionalidade da intervenção federal realizada no estado do Rio de Janeiro**, que se propõe a pensar o método utilizado naquela ocasião para referendar a medida à luz das hipóteses previstas na Constituição Federal. Este trabalho se serve, além do texto constitucional, das interpretações propostas seja por legislação específica quanto ao tema, mas também às manifestações dos Tribunais que atuam na área e ainda de reflexões de cientistas jurídicos, sempre em paralelo com a Lei 11473/2007.

A oitava reflexão neste número, **Consumo midiático de jovens: uma incursão no interior sergipano**, é o resultado parcial de uma pesquisa mais ampla que abrangeu três diferentes estados do país com o fito de analisar o consumo midiático pelos jovens, compreendendo assim o impacto dos meios de comunicação atuais entre eles. Temos diante de nós os resultados obtidos no menos populoso município do estado do Alagoas, que se encontra em região interiorana, pelo que os resultados ali obtidos permitem uma leitura importante do alcance das mídias de comunicação independentemente do meio social mais cosmopolita, até as formas de manifestação justamente em regiões afastadas dos grandes centros.

Finalmente, a última investigação deste número intitula-se **Direito à assistência à saúde privada na condição de aposentado ou demitido sem justa causa**, e nos transporta para os problemas do acesso ao direito à saúde no país, em grande medida atendido pelo setor privado de saúde, através dos planos de saúde vinculados à relação de trabalho dos beneficiários. Aqui, os autores levantaram um problema crescente em tempos de crise, a situação de proteção ao referido direito quando da aposentadoria ou demissão sem justa causa, por meio de investigação exploratória e método indutivo.

Como foi possível perceber, as frentes de atuação do pesquisador das humanidades e ciências sociais é muito amplo, e as relações e intermediações são muitas. Nestas tantas frentes, a Interfaces Científicas – Humanas e Sociais procura atuar como dinamizadora desta multiplicidade de perspectivas, dando ao leitor acesso a uma visão ampliada dos desafios do meio social em que nos inserimos. Desejamos que a leitura seja enriquecedora e que novas e instigantes pesquisas derivem destas aqui apresentadas.

Fernanda Cristina Covolan

Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. Professora e Pesquisadora do Curso de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo.